
Janete Silveira Abrão

Doutora em História
Contemporânea pela Universitat de
Barcelona (UB-Barcelona/Espanha)
e professora no Departamento de
História da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul
(FFCH/PUC-RS-Porto Alegre/Brasil)
e-mail: janete.abrao@puccrs.br

PALACIOS, Guillermo (coord.).

La nación y su historia. Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX.

México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009. 413p.

Independências, relatos historiográficos e debates sobre a nação na América Latina

Nessa coletânea de artigos, coordenados pelo historiador Guillermo Palacios, os autores lançam um novo olhar sobre a história da historiografia oitocentista na América Latina e a sua emergência no contexto da formação dos Estados e da construção das nações e das identidades nacionais.

A obra, a partir de uma perspectiva comparada das diversas situações historiográficas ibero-americanas, se propõe também a dar lugar a futuras indagações e pesquisas sobre o tema, e ser útil tanto a investigadores como a estudantes universitários. Neste sentido, este trabalho vem se juntar a uma série de outros estudos publicados na última década, sobre a formação de Estados e nações na América Latina. Cabe chamar a atenção para o fato de que os autores preferem usar, em seus artigos, a expressão "relato historiográfico" e não história (muito embora este termo seja utilizado em um sentido lato em diversas ocasiões no decorrer da obra), com o intuito de "diferenciar lo que parece ser un momento pre-moderno de la práctica de narrar el pasado, y su profesionalización, ya em los últimos años del siglo o en los primeros del XX" (p.09).

O livro faz alusão, em seu subtítulo, às independências ibero-americanas, pois, segundo Palacios, elas se constituem em marco histórico nas visões que as elites regionais, produtoras dos relatos históricos, projetam sobre o passado com vistas ao futuro, "mas em uma operação que busca cimentar o poder no presente" (p.12). Portanto, as guerras de independência e os processos imediatos que as seguem são o ponto de partida das "histórias nacionais" na América Latina. A relação da "história nacional" (oficial) será matéria, em muitas ocasiões, de disputa entre liberais e conservadores, em sua luta pelo poder político nos recém estados instaurados ou em torno dos projetos diferenciados de Estado e Nação. Neste sentido, a partir da produção de relatos historiográficos que se pretendem nacionais, se trata de fixar o passado, de uma vez por todas no imaginário coletivo, sempre de acordo com as representações, aspirações e interesses das elites. Por isso, a questão da "verdade" histórica é um elemento central, o fio condutor, em muitos dos relatos analisados pelos autores da coletânea. Contudo, não só a questão da "verdade", mas também o "esquecimento" histórico é objeto de análise dos diversos autores, no que se refere à (re) elaboração de histórias nacionais.

La nación y su historia se divide em nove capítulos e, grande parte dos autores, focaliza uma ou várias obras capitais da historiografia do século XIX dos diversos países da América Latina, visando analisar os sentidos que estas obras outorgam às sociedades pós-coloniais.

Elias José Palti, em *La nación argentina: entre el ser y el acontecimiento*, se ocupa da obra *Historia de Belgrano y la independencia argentina*, de Bartolomé Mitre. Visando analisar a construção de narrativas genealógicas sobre a nação, fundamenta seus argumentos em autores

como Ernest Renan, José Chiaramonte e Benedict Anderson. O artigo de Palti acaba por revelar o caráter controverso que assumiu o processo de afirmação de um estado centralizado, edificado na Argentina, na segunda metade do século XIX, e vê como problemática a concepção de uma ideia de nacionalidade anterior à formação dos estados na América Latina.

Sobre a historiografia colombiana, Juan Carlos Vélez Rendón sugere, em seu ensaio *Las luchas narrativas de una nación escindida*, uma reflexão sobre a obra pioneira de José Manuel Restrepo, *Historia de la revolución de la República de Colombia en la América Meridional*, editada em Paris, em 1827, considerada o marco explicativo da revolução de independência. Em um segundo momento do ensaio, Rendón analisa as releituras realizadas sobre a obra capital de Restrepo, elaboradas por historiadores como José María Samper, Joaquim Posada Gutiérrez e José Manuel Groot, no decorrer do século XIX.

Cada uma das (re)interpretações e (re)significações da *Historia de la revolución de la República de Colombia* por parte de Samper, Posada e Groot, se inscreve em meio a um processo político contencioso, de cisão política que atravessava a sociedade colombiana em meados do século XIX, e que, portanto, incidiu sobre as releituras desses historiadores. Neste sentido, Rendón centra-se em alguns temas, que foram objeto de reinterpretções e polêmicas historiográficas na época, e que descortinam, no plano historiográfico, as lutas entre as elites (liberais e conservadoras) acerca da forma pela qual se devia edificar e organizar o Estado, e quais deveriam ser considerados os elementos constitutivos da futura nação colombiana.

Por sua vez, Guillermo Zermeño Padilla, em *Apropiación del pasado, escritura de la historia y la construcción de la nación en México*, parte dos seguintes questionamentos: em que sentido e até onde um evento jurídico-político, a declaração de independência do México em 1821, pode afetar a forma de escrever a história? Como a história se torna um fato natural, essencial, que passa a fazer parte da linguagem de uma coletividade com a tomada do poder por uma elite ou grupo? Como os "novos mexicanos" se apropriaram do passado e converteram, de forma anacrônica, os cronistas espanhóis do período colonial em "historiadores mexicanos"? Para responder a tais perguntas, Padilla se vale da análise dos escritos históricos do jesuíta Francisco Javier Clavijero e das obras de historiadores como Lucas Alamán, José Justo Gómez de la Cortina, Carlos Bustamante, García Icazbalceta, Vicente Riva Palacio e Justo Serra, buscando compreender os vínculos entre a formação do discurso histórico nacional e a formação política da nação no México.

No caso peruano, Mark Thurner, professor da Universidade da Flórida, no capítulo intitulado *La invención de la historia nacional en el Perú decimonónico*, a partir de uma perspectiva iconográfica, discorre sobre a historiografia e suas relações com a história nacional. Embasado em teóricos como Hayden White e Jacques Rancière, o autor centra-se no papel motriz que desempenha o nome próprio na narrativa histórica a partir da análise dos discursos históricos e iconográficos sobre o país realizados pelo filósofo e historiador espanhol Sebastián Lorente (1813-1884), considerado o fundador da história peruana. Segundo o autor, Lorente inventou a "história peruana" como o "relato completo" de todas as coisas memoráveis jamais alcançadas pelos "peruanos", em um território literário ou imaginado, projetado de forma retroativa, mas com vistas ao futuro. O fez com um estilo inspirador e ameno, e com a aprovação do sistema educativo do Estado

(p.114). Thurner analisa ainda as obras e ideias principais dos historiadores sociais do século XX peruano, como José de la Riva Agüero e Víctor Andrés Belaúnde, críticos da historiografia de Lorente. Cabe salientar que o aspecto central no artigo de Thurner é seu estudo sobre os elementos literários e conceituais que tornaram possível pensar, até a atualidade, que o Peru é, ao mesmo tempo, um sujeito coletivo e singular.

Fundamentar a existência histórica de uma nação, fruto de um mosaico de pertencimentos, foi o desafio encontrado pela historiografia equatoriana, no século XIX, analisada pela historiadora Ana Buriano no capítulo *La construcción historiográfica de la nación equatoriana en los textos tempranos*. Em realidade, conforme Buriano, tudo era complexo e desconcertante na realidade do país daquela época: o sentimento de pertencimentos múltiplos, o problema da fragmentação territorial-administrativa, o regionalismo e a superação das identidades regionais/locais, dentre outras dificuldades para promover uma só nação, um só Estado. Neste sentido, Ana Buriano analisa o papel de destaque dos historiadores (e da História oficial), na forja do amálgama nacional equatoriano no século XIX. Historiadores, como Velasco e Gabriel García Moreno que, apelando ao passado, desde o presente marcado por conflitos, buscaram selecionar elementos que dessem coesão e sentido de pertencimento ao coletivo social após a independência do país, e no contexto de instauração do regime republicano.

No sexto capítulo, *El pueblo soberano versus la plebe proselitista*, Marta Irurozqui parte da candidatura presidencial de Evo Morales, em dezembro de 2005, e dos comentários dicotômicos dos diversos meios de comunicação sobre a população indígena e sua vinculação com a política nacional, para analisar as relações entre discurso historiográfico e etnização política na Bolívia, no período compreendido entre 1825 e 1922. Irurozqui divide o tema em três partes, nos quais aborda: a origem dos males nacionais, os problemas enfrentados pelo regime republicano após a independência, e o processo narrativo de etnização. A autora enfatiza em seu estudo não os possíveis problemas ocasionados pela elaboração de estereótipos, mas a negação do indígena e do mestiço como sujeitos e agentes históricos, negação essa legitimada pelas "verdades" históricas e, na atualidade, pela reedição de essencialismos identitários que justificam novas exclusões dos agentes históricos. Contribuição importante para a reflexão acerca de outras realidades latino-americanas, nas quais a dúvida existente entre preconceito social e racial obscurece a análise dos mais lúcidos teóricos e intelectuais.

O Brasil também é contemplado em *La nación y su historia*, com o esclarecedor texto de Maria Ligia Coelho Prado, intitulado *Emblemas de Brasil en la historiografía del siglo XIX: monarquía, unidad territorial e evolución natural*. Nele, a autora, a partir de uma perspectiva historiográfica, literária e iconográfica, analisa algumas questões relativas à concepção e à elaboração dos primeiros textos da "história nacional". Segundo Maria Ligia Prado, a historiografia oficial brasileira nasceu da convergência de ideias e vontades políticas, com coerência de objetivos, repetição de imagens e ampla permanência de algumas de suas ideias centrais, dentre elas, a da transição política não violenta. Assim sendo, a autora analisa o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na configuração de um perfil da futura nação e na produção de uma visão homogênea do Brasil no interior das elites regionais. Além dos vínculos entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o nascimento da historiografia nacional oficial,

a autora menciona a importância da Academia Imperial de Belas Artes no conjunto produtor de imagens fundacionais do Brasil. Destaca a relevância da pintura histórica na construção da nação e de um sentimento de identidade no cenário político brasileiro do século XIX. Dentre os pintores, a autora privilegia a análise de alguns artistas e seus quadros, como o de Victor Meirelles, "A Primeira Missa no Brasil", de 1861, mas também Pedro Américo e seu monumental "Independência ou Morte" e, ainda, Modesto Brocos, com "A Redenção de Cam", de 1895. Um dos objetivos principais de Maria Ligia Prado é o de entender a construção de temas e a formulação de interpretações da História do Brasil pelos integrantes do IHGB. É, neste sentido, que a autora analisa as interpretações de Karl Friedrich Von Martius, de Adolfo Varnhagen, de Capistrano de Abreu, de Silvío Romero, de Manuel de Oliveira Lima e de Joaquim Manuel de Macedo, entre outros.

Prado examina três questões centrais alojadas no cerne da construção historiográfica nacional e que marcaram as gerações posteriores de historiadores como poderosas visões e concepções formadoras do imaginário social e como integrantes de mitologias políticas brasileiras (p.290). São elas: a elaboração da ideia de monarquia como garantia da unidade do território e da grandeza nacional, por oposição aos regimes republicanos das ex-colônias espanholas; a ideia de Brasil como uma sociedade única, resultado de mesclas raciais e culturais entre índios, brancos e negros; a construção da visão de História do Brasil como uma evolução suave e contínua em que se destaca a ausência de rupturas violentas.

Rafael Sagredo Baeza, no oitavo capítulo da obra, proporciona ao leitor um estudo sobre a história nacional do Chile e sua relação com a História Natural. Baeza, através da análise de *História Física e Política de Chile*, do naturalista francês Claudio Gay, considerada a primeira narração histórica sobre o passado desse país, elaborada no período republicano. Portanto, neste texto original, Rafael Baeza destaca o papel determinante que os naturalistas tiveram no reconhecimento científico dos países que exploraram; mas também no papel igualmente significativo que tiveram na conformação de nacionalidades, no desenvolvimento de identidades regionais, na integração de povos e sociedades ou na identificação de um destino comum proposto pelos estados que se pretendem nacionais na América Latina oitocentista.

Por fim, Ezio Serrano Páez, no último capítulo da obra, contribui com uma discussão sobre os discursos e intervenções dos deputados liberais e conservadores que participaram em dois congressos constituintes: o Congresso de Valência (1830) e outro, também na mesma cidade, em julho de 1858. Discursos e intervenções essas carregadas de valor historiográfico, o que fez com que Serrano Páez buscasse determinar dentro da percepção do histórico, o lugar ocupado pelos conceitos de pátria, nação e estado nos contextos mencionados e elaborados pelas elites desse país.

Em suma, *La nación y su historia*, escrita em linguagem agradável por diversos autores ibero-americanos, e estruturada de forma coerente com a sua proposta inicial, alcançando a diversidade e o equilíbrio entre os diferentes estudos, trata-se de uma obra de crucial importância para todos os que compartilham de uma mesma inquietude: a compreensão das relações entre historiografia e a formação de nações, identidades e estados na América Latina no século XIX.